

VOLUME
XXXII BOLETIM DO
N.º 1 ARQUIVO DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

2019

IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

• U • C •



BOEGLIN, Michel; FERNÁNDEZ TERRICABRAS, Ignasi; KAHN, David (eds.) (2018) – *Reforma Y disidencia religiosa. La Recepción de las Doctrinas Reformadas en la Península Ibérica en el Siglo XVI*. Madrid: Casa de Velázquez, 448 pp.

Por ANTÓNIO VITOR RIBEIRO

Investigador do projeto ReligionAJE, da Universidade de Coimbra
avs.ribeiro@gmail.com

Esta obra coletiva é organizada e dirigida por Michel Boeglin (Université Paul Valéry, de Montpellier), Ignasi Fernández Terricabras (Universitat Autònoma de Barcelona) e David Kahn (Institut National Universitaire Champollion-Toulouse). Estes três autores têm em comum o facto de pertencerem a uma geração renovada de investigadores que se interessou pela questão da dissidência e heterodoxia religiosa num período de charneira, o século XVI. Michel Boeglin levou a efeito trabalhos de fundo sobre os mouriscos, o luteranismo e o cristianismo evangélico em Sevilha, na transição do século XVI para o XVII; Ignasi Fernández Terricabras lançou um olhar sobre a aplicação dos decretos tridentinos em Espanha, no período de Filipe II; David Kahn investigou a repressão do luteranismo na Inquisição de Valência, no mesmo período.

O livro tem, aparentemente, um objeto muito concreto: a receção das doutrinas reformadas na Península Ibérica durante o século XVI. Contudo, à homogeneidade do objeto contrapõe-se a pulverização de perspetivas sobre o mesmo. Assim, esta colectânea poderia ser definida como uma espécie de poliedro do problema da receção da Reforma em Espanha. Não obstante, o seu propósito vai mais além, na medida em que aborda temas cuja relação com este movimento de renovação do pensamento cristão iniciado por Lutero não é, ainda hoje, absolutamente pacífica. Um caso paradigmático é o do alumbradismo. Assim, parece mais sensato definir esta obra como um conjunto diversificado de perspetivas sobre a questão da heterodoxia religiosa na Península Ibérica no século XVI.

O livro apresenta quatro grandes divisões. A primeira parte “Del dialogo interconfesional al concilio”, aborda, essencialmente, questões da relação entre política e religião. A segunda parte, “La difusión de la Reforma: el libro y la imagen”, procura lançar um olhar sobre questões da arte e da imagem, bem como da produção e difusão de textos ligados ao problema em causa. A 3ª parte,

intitulada “Redes, sociabilidades y círculos disidentes en la Península”, é a que, em propriedade, se debruça sobre os fenómenos de heterodoxia religiosa na Península Ibérica, numa perspectiva histórica, sociológica, doutrinal. Finalmente, a 4.ª a última, com o título “Activismo e influencias: reformados y círculos de exiliados”, procura desenhar um fresco sobre a diáspora produzida pelo fenómeno, dispersa por vários pontos da Europa.

Cada uma destas secções apresenta-se coerente, embora o artigo de Gert Gielis, “Cosas perniciosas y de mala doctrina”, sobre o processo instaurado pela Universidade de Lovaina ao humanista espanhol Furió Ceriol fizesse mais sentido na parte sobre os exilados. Em contrapartida, o interessante estudo iconográfico de Pierre Civil, “Leyenda negra y represión antiprotestante”, que se encontra na secção dedicada aos exilados, estaria melhor enquadrado na segunda parte, sobre a difusão de textos e imagens.

Por outro lado, importa referir que todo o livro surge como uma espécie de balanço historiográfico acerca do assunto, ou reflexão sobre o “estado da arte”, deixando em várias partes sugestões para novas linhas de investigação. Esta ideia surge explicitamente na última página da conclusão: “como varios de los investigadores lo han realizado aqui, el análisis de las obras de teología leídas en la Península ha de realizarse, de manera más sistemática, com arreglo a los procesos de apropiación, reelaboración y reescritura de contenidos heterodoxos”, (p. 367).

Na verdade, este viés de balanço historiográfico fica bem evidente na maior parte dos capítulos, cujas fontes são essencialmente constituídas por obras de investigação, consistindo em reflexões feitas a partir de textos de autores clássicos, como Marcel Bataillon e Jose Tellechea Idígoras, e outros mais recentes e de excelência, como Stefania Pastore ou Giuseppe Marcocci. Desta forma, a investigação feita com base em fontes primárias de arquivo surge muito matizada. As excepções são o já referido capítulo de Gert Geilis, sobre o processo do humanista valenciano Fadrique Furió, o de Borja Llopis, “Arte y represión” e, em menor escala, o contributo de Jesús Usunáriz sobre a repressão do protestantismo em Navarra.

Não obstante, esta abordagem em forma de balanço e reflexão sobre o estado geral da investigação tem a virtude de permitir sistematizar e fornecer uma visão de conjunto deste problema tão complexo. Logo na primeira secção, José Luis Villacañas aborda o problema da política religiosa de Carlos V, dando um belo contributo para uma questão que será, provavelmente, uma das mais fulcrais para a compreensão do século XVI peninsular e europeu: por que é que a questão da rigidez doutrinal se tornou um assunto tão importante, ao ponto de se ter transformado em assunto de Estado? Villacañas coloca em evidência

a necessidade de unidade doutrinal para a política imperial e as lutas entre a facção que pretendia fechar Espanha, isolando-a do contacto europeu, e a facção irenista.

Deste capítulo, sobre um tempo em que tudo ainda parecia possível, passa-se para dois textos sobre o fechamento doutrinal peninsular e o seu isolamento. David Kahn, em “Espanña ante la heterodoxia” estuda o processo de definição do “alumbradismo” como uma construção jurídica. Ignasi Fernández Terricabras, por seu turno, aborda os inícios da política confessional de Filipe II. Entre várias ideias interessantes aventadas por Terricabras, uma, em particular, reveste-se de especial atualidade: a da utilização da inquisição por Filipe II como instrumento unificador da Espanha, em particular no caso catalão (p. 68). A fechar esta secção, Hugo Ribeiro da Silva apresenta uma reflexão sobre o crescente ascendente da coroa portuguesa nas suas relações com Roma, e a forma como os monarcas lusos foram incorporando privilégios a partir da fragilidade da Cúria, resultante da Reforma. Dois elementos são destacados por Ribeiro da Silva: a questão dos cristãos novos e a nomeação dos bispos, que se foram gradualmente tornando “criaturas” do monarca, (p. 79).

A segunda secção, como foi dito, propicia um olhar sobre a questão das imagens e da difusão do texto escrito. Entre o já referido estudo do processo Furió, e dois outros de perfil mais clássico, um de Els Agten, onde apresenta a história das traduções da Bíblia para castelhano, e outro de Maria Laura Giordano, que estabelece um percurso intelectual do famoso catecismo de Bartolomé de Carranza, surge uma pesquisa que traz alguma inovação, pela pena de Borja Franco Llopis, “Arte y represión”, onde se procura delinear uma “teoria da imagem protestante”, adicionando ainda o elemento converso à crítica iconoclasta. A proposta é interessante e está bem estruturada, abrindo espaço a uma investigação mais profunda. É neste contexto que é feita uma incursão por fontes de arquivo que deixam algumas ideias sugestivas.

A terceira secção oferece um périplo pela “geografia da dissidência” em Espanha, a que se junta um estudo da autoria de Giuseppe Marocchi sobre o caso português. O artigo que abre este núcleo, da autoria de Álvaro Castro Sanchez, sobre os “alumbrados” de Toledo, é muito importante na medida em que leva esta questão da dissidência para além da Reforma e do elemento converso, aspetos que surgem com muita insistência em vários artigos deste livro, lançando um olhar para outros tópicos importantes. Um exemplo, a reforma do cardeal Cisneros e a observância espiritual franciscana. Castro Sánchez foi o único autor a desenvolver o assunto e foi também o único a falar expressamente do papel do nominalismo no combate à escolástica, um elemento da maior importância (p. 179). O impacto do nominalismo e da reforma de Cisneros aparece em

destaque nos principais autores que estudaram o tópico do interiorismo e do alumbradismo (CASTRO, 1949: 29; BATAILLON, 1966: 16; MARTÍN, 1986: 76). Por outro lado, é interessante que Castro Sanchez refira a mística tardo-medieval como uma das fontes do alumbradismo (outro aspeto que não surge em mais nenhuma parte do livro), bem como a teologia negativa do pseudo-Dionísio (p. 174), porque coloca dessa forma o fenómeno espanhol mais em linha com o que se observou para o caso português. Na verdade, em Portugal existiu uma preponderância da teologia negativa, nos quais se destacavam Catarina de Génova e Tauler. Verificou-se ainda uma luta entre um grupo ligado a essa teologia apofática, liderado por um franciscano espanhol, Francisco da Porciúncula, e um grupo de meditação mais cristocêntrica, liderado por alguns jesuítas. O segundo grupo acabaria por utilizar a Inquisição como instrumento para exterminar o primeiro (RIBEIRO, 2015: 83).

Os restantes capítulos desta secção propõem uma “geografia da dissidência”. Giuseppe Marcocci, debruçando-se sobre Portugal, coloca em causa a ideia, ainda muito difundida, das terras lusas como um “território sem heresia”, ou seja, intocado pelas ideias de Lutero e outras correntes oriundas da Reforma. Doris Moreno aborda o caso de Valladolid como foco protestante e Michel Boeglin lança luz sobre a comunidade evangélica de Sevilha liderada pelo conhecido “doutor Egidio”. Pons Fuster, por seu lado, estudou a heterodoxia em Valência, ressaltando a proximidade de Gandía e falando, ainda que de modo breve, da crítica à escolástica. Mais uma vez se verifica, tal como no capítulo de Castro Sanchez, esta proximidade entre interiorismo, filosofia nominalista e mística. Na verdade, em Gandía funcionava um círculo de místicos jesuítas, liderado por Francisco de Borja, cujos excessos não passaram despercebidos à hierarquia da Companhia de Jesus (JURADO, 1974: 217-266).

Jesús Usunariz coloca o enfoque no caso da repressão do luteranismo em Navarra, construindo uma sociologia da dissidência. Aí, estuda a idade e as origens sociais e geográficas dos acusados, debruçando-se também sobre a natureza e a consistência doutrinal das proposições defendidas. A isto junta uma breve incursão por fontes arquivísticas, tentando estabelecer aquilo a que chama “a percepção social do perigo do luteranismo”. A ideia é interessante e mais uma vez ficam no ar possíveis linhas de investigações futuras.

Por fim, a quarta e última secção propicia uma visão da diáspora da dissidência. À exceção do interessante estudo iconográfico de Pierre Civil, já referido acima, as três outras contribuições aqui reunidas apresentam uma notável coerência e complementaridade. Steven Griffin reconstrói a teologia de Casiodoro de Reina, uma teologia que é simultaneamente uma “cristologia eclesial e uma eclesiologia cristológica”. Griffin explora uma ideia de Reina que é característica

da interioridade e da crítica à condição institucional da Igreja: a oposição entre “igreja visível” e “igreja invisível”, aliada ao fascínio, frequentemente mitificado, pela igreja primitiva. Estes dois tópicos tornar-se-iam centrais na crítica jansenista do século seguinte.

Contraopondo os artigos de Xavier Espluga, “Pere Galès: un protestante de Ulledecona profesor en Ginebra” ao de Carlos Gilly, “El influjo de Sébastien Castellion sobre los heterodoxos españoles del siglo XVI” obtém-se uma ideia bem definida sobre a heterogeneidade deste fenómeno da heterodoxia no século XVI. Xavier Espluga estuda o caso de Galès, que passou por Pádua, foi professor em Genebra e afastou-se do calvinismo para se tornar ainda mais radical, aproximando-se das teses anabatistas. Gilly, por seu turno, apresenta o caso de Antonio del Corro, que também foi para Genebra, mas que rapidamente teve a impressão “de haber salido “de la tirania del Papa para caer en otra parecida”, (p. 337). Del Corro defendia que a única solução para o conflito inter-religioso que assolava a Europa era a imposição da liberdade de consciência. Estes dois casos, o de Galès e de Del Corro, são expressão da multiplicidade de reações e soluções apresentadas. São também expressão da profunda riqueza deste período, no qual se forjaram as grandes questões que, no século seguinte, viriam a preparar a modernidade.

Em conclusão, estamos perante um trabalho coletivo de enorme riqueza e de uma abrangência poliédrica. Não traz grandes novidades no que diz respeito a trabalho com fontes originais e inéditas de arquivo, mas é extremamente interessante nas reflexões que são feitas, de grande erudição e solidez, a que se juntam, em alguns momentos, propostas inovadoras e interessantes. A sensação que fica é que se está perante um balanço, que prepara algo novo.

Referências bibliográficas

- BATAILLON, Marcel (1966) – *Erasmus y España. Estudios sobre la historia espiritual del siglo xvi*. México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- CASTRO, Américo (1949) – *Aspectos del vivir hispánico. Espiritualismo, messianismo, actitud personal en los siglos XIV al XVI*. Santiago de Chile: Cruz del Sur.
- JURADO, Manuel Ruiz (1974) – “Un caso de profetismo reformista en la Compañía de Jesus, Gandía 1547-1549”. *Archivum Historicum Societatis Iesu*. 86, 217-266.
- MARTÍN, Melquiades Andrés (1986) – “Corrientes culturales en tiempo de los reyes católicos y recepción de Erasmo” in *El Erasmismo en España. Ponencias del coloquio celebrado en la biblioteca de Menendez Pelayo*. Santander: Sociedad Menendez Pelayo.
- RIBEIRO, António (2015) – *O Auto dos Místicos. Mística, religião popular e Inquisição*. Lisboa: Chiado.